

O contributo da Análise Crítica do Discurso para a área dos Direitos Humanos: Como o estudo crítico do discurso pode influenciar a nossa compreensão de processos relacionados com o racismo

The contribution of Critical Discourse Analysis to the field of Human Rights: How critical discourse study can influence our understanding of processes related to racism

La contribución del Análisis Crítico del Discurso al campo de los Derechos Humanos: Cómo el estudio crítico del discurso puede influir en nuestra comprensión de los procesos relacionados con el racismo

RESUMO

O presente trabalho envolve duas áreas de estudo que, ainda que distintas, se interrelacionam: a Análise Crítica do Discurso e os Direitos Humanos. Em particular, o trabalho foca-se em algumas das investigações desenvolvidas acerca do racismo pelo teórico Teun van Dijk, visando demonstrar, através de casos concretos cuidadosamente selecionados e explorados, o modo como o estudo do discurso, de uma perspetiva crítica, pode influenciar a nossa compreensão de processos relacionados com o racismo.

Os estudos desenvolvidos por investigadores/as da área da Análise Crítica do Discurso podem servir para monitorizar o atropelo dos Direitos Humanos, através da escolha dos temas de investigação e do modo como se abordam os mesmos. Escolher investigar temas como a opressão e a desigualdade é escolher lutar pelo cumprimento dos Direitos Humanos e a adoção destes como forma de vida.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; Direitos Humanos; discurso e racismo; Teun van Dijk.



Recebido em: 22 de novembro de 2024
Aceito em: 31 de maio de 2025
DOI: 10.26512/les.v26i2.56208

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Ana Sofia Souto

ana.sofia.souto@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5078-7049>

Universidade Nova de Lisboa
(FCSH/NOVA)/CLUNL, Lisboa, Portugal

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito da Bolsa de Doutoramento com referência 2021.04523.BD – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL).

ARTIGO

ABSTRACT

This work involves two areas of study which, although distinct, are interrelated: Critical Discourse Analysis and Human Rights. In particular, the paper focuses on some of the research carried out on racism by theorist Teun van Dijk, with the aim of demonstrating, through carefully selected and explored concrete cases, how the study of discourse, from a critical perspective, can influence our understanding of processes related to racism.

The studies carried out by researchers in the field of Critical Discourse Analysis can serve to monitor the violation of human rights, through the choice of research topics and the way in which they are approached. Choosing to investigate topics such as oppression and inequality is choosing to fight for the fulfillment of human rights and their adoption as a way of life.

Keywords: Critical Discourse Analysis; discourse and racism; Human Rights; Teun van Dijk.

RESUMEN

Este trabajo abarca dos áreas de estudio que, aunque distintas, están interrelacionadas: el Análisis Crítico del Discurso y los Derechos Humanos. En concreto, el trabajo se centra en algunas de las investigaciones realizadas sobre el racismo por el teórico Teun van Dijk, con el objetivo de demostrar, a través de casos concretos cuidadosamente seleccionados y explorados, cómo el estudio del discurso, desde una perspectiva crítica, puede influir en nuestra comprensión de los procesos relacionados con el racismo.

Los estudios realizados por los investigadores en el campo del Análisis Crítico del Discurso pueden servir para vigilar la violación de los derechos humanos a través de la elección de los temas de investigación y la forma en que se abordan. Elegir investigar temas como la opresión y la desigualdad es elegir luchar por el cumplimiento de los derechos humanos y su adopción como forma de vida.

Palabras clave: Análisis Crítico del Discurso; Derechos Humanos; discurso y racismo; Teun van Dijk.

Como citar:

SOUTO, Ana Sofia. O contributo da Análise Crítica do Discurso para a área dos Direitos Humanos: Como o estudo crítico do discurso pode influenciar a nossa compreensão de processos relacionados com o racismo. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 127-145, jul./dez. 2025. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



INTRODUÇÃO

O presente trabalho, de natureza transdisciplinar, envolve duas áreas de estudo distintas, a Linguística do Texto e do Discurso e os Direitos Humanos. Mais concretamente, o trabalho foca-se na área da Análise Crítica do Discurso, a qual tem vindo a contribuir, ainda que indiretamente, para a área dos Direitos Humanos. E aí reside precisamente o objetivo principal do presente trabalho – demonstrar, através de casos concretos cuidadosamente selecionados e explorados, o modo como o estudo do discurso, de uma perspetiva crítica, pode influenciar a nossa compreensão de processos relacionados com os Direitos Humanos. Mais concretamente, o trabalho foca-se em algumas das investigações desenvolvidas acerca do racismo.

As perguntas de investigação que estruturam o trabalho são:

1. *Qual a relação que pode ser estabelecida entre a Análise Crítica do Discurso e os Direitos Humanos?*

2. *De que modo é que o estudo crítico do discurso tem contribuído para o estudo do racismo?*

Depois desta breve introdução, apresentam-se, ainda que de forma sumária, no ponto 2 do trabalho, relativo ao enquadramento, as duas áreas de estudo que constituem o objeto deste trabalho. Primeiramente, avançam-se alguns dados relevantes relativamente à área dos Direitos Humanos, mormente quanto ao seu surgimento, evolução e pertinência social. De seguida, introduz-se a área da Análise Crítica do Discurso, enquadrando-a na área disciplinar mais vasta da Linguística do Texto e do Discurso, e indicando o seu principal polo de desenvolvimento e os/as principais teóricos/as que trabalham na área.

A terceira parte do presente trabalho foca-se no modo como a Análise Crítica do Discurso se relaciona com a área dos Direitos Humanos, destacando alguns dos estudos de relevância que têm sido efetuados. Com o presente trabalho, espera-se realçar o pertinente vínculo existente entre o estudo crítico do discurso e os Direitos Humanos e enfatizar o modo como a investigação linguística pode contribuir para influenciar a nossa compreensão de processos relacionados com os Direitos Humanos, como o racismo.

1. ENQUADRAMENTO

1.1 Direitos Humanos – Surgimento, evolução e pertinência

“Homo sum; humani nil a me alienum puto.”
(Publius Terentius Afer)

Os Direitos Humanos são uma concepção moderna, resultante da passagem das sociedades organicistas, como eram a grega, a romana e a medieval, para as sociedades atomísticas da idade moderna.

John Locke (1632-1704), filósofo inglês, foi um dos primeiros teorizadores da ideia de que as pessoas, só por o serem, têm direitos naturais perante o Estado e as outras pessoas, sendo esses direitos naturais relativos à vida, à liberdade e à propriedade. Todavia, a consagração e proteção jurídica dos Direitos Humanos só ocorre com as Revoluções Americana (1776) e Francesa (1789), as quais marcam o nascimento jurídico da proteção efetiva dos Direitos Humanos. A este propósito, basta observar como a Declaração de Independência é de sobeja importância para a noção de Direitos Humanos, ao declarar que “Todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais figuram a vida, a liberdade e a busca da felicidade”. Tanto a Declaração Americana quanto a Francesa enumeravam diversos direitos.

A fonte principal da concepção contemporânea dos Direitos Humanos é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), escrita no rescaldo da II Guerra Mundial e do Holocausto. Estes acontecimentos trazem à superfície a ideia de que os Direitos Humanos não podem ser uma questão nacional, mas sim uma questão universal uma vez que a paz só pode existir num mundo em que os Direitos Humanos sejam respeitados de forma global. O mesmo é dizer que os Estados deixam de ter total soberania sobre os seus indivíduos e que todas as pessoas, independentemente de onde vivam ou de quem sejam, beneficiam de um núcleo essencial de direitos.

Após um dos períodos mais sangrentos da história da humanidade, existia a necessidade de criar uma organização internacional para promover a paz e a segurança de modo a evitar que crimes de guerra, contra a humanidade e a paz, voltassem a ser testemunhados. É neste contexto que surge a Organização das Nações Unidas (1945), que tem como uma das suas principais missões proteger e assegurar o cumprimento dos Direitos Humanos no mundo.

Sob a liderança de Eleanor Roosevelt, a Organização das Nações Unidas, com a participação de dezenas de representantes de vários países do mundo, moldou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual permitiu que os Direitos Humanos se tornassem um conceito universal.

Os Direitos Humanos são normas jurídicas internacionais, sempre em evolução, não sendo um assunto respeitante a cada estado. Os mesmos são inalienáveis, indissociáveis, interdependentes e interrelacionados. Correspondem a direitos e liberdades fundamentais que pertencem a cada ser humano, de forma universal e permanente, pelo simples facto de se ser humano. Com efeito, ao contrário do que sucede com outros direitos, para se ser titular de Direitos Humanos, basta ser-se humano, sendo os Direitos Humanos uma pré-condição para uma vida digna.

1.2 Análise Crítica do Discurso – Breve introdução à área

As fundações da Linguística ocidental são construídas na obra “Poética” de Aristóteles (384 a.C.–322 a.C.), através do estudo de disciplinas como a Poética ou a Retórica. Foi Aristóteles que nos legou a primeira reflexão ocidental sobre o discurso na sua obra “Retórica”.

Apenas no século XIX é a Linguística definida como disciplina autónoma dentro da área das ciências sociais através do trabalho fundamental de Ferdinand de Saussure (1857-1913).

A Análise Crítica do Discurso enquadra-se na disciplina mais vasta da Linguística do Texto e do Discurso, a área de estudo da Linguística que engloba uma série de correntes teóricas que surgiram com uma intenção comum: a de alargar os estudos linguísticos para além dos limites da frase, chegando ao objeto “texto” ou “discurso”.

A Linguística do Discurso é uma disciplina relativamente nova – nascida na década de 1960, não tem uma única origem, mas resulta da convergência de diversas correntes da Linguística. Tal como testemunha a investigadora Lita Lundquist (1983: 9),

Na zona intermediária entre linguística e análise literária, desenvolve-se, há algumas décadas, uma nova disciplina da ciência linguística, denominada linguística textual ou linguística do discurso, que, a exemplo da antiga estilística, mas numa ótica antes descritiva e crítica do que normativa, estuda as diferentes estruturas de um texto, estético ou não, nas suas relações com as estruturas sociais do seu entorno.

A passagem de Lundquist chama a atenção para um aspeto fundamental relativo à área de estudo em questão – a necessidade de estudar as estruturas do texto em relação com as estruturas sociais que o envolvem. O mesmo é dizer que estudar um texto pressupõe, ou mesmo exige, estudar o seu contexto.

A Linguística do Discurso tem uma dimensão marcadamente transdisciplinar. Isto deve-se ao facto de serem diversas as disciplinas, dentro da área das Ciências Sociais e Humanas, que se interessam pelo objeto “discurso”. Basta pensar na Psicologia, no Direito, na Pedagogia, na História, na Sociologia, na Comunicação e na Filosofia, para mencionar apenas algumas.

No seu artigo “Les Frontières de l’analyse du discours” (2005), Dominique Maingueneau, um dos principais teóricos da Análise do Discurso francesa, começa por referir que as investigações sobre o domínio do discurso nem sempre foram bem encaradas ou compreendidas, sendo antes vistas como uma ocupação pouco séria, que mistura desordenadamente análises de ordem linguística com aspetos extralinguísticos (como aspetos sociais ou psicológicos). Por causa disto, durante muito tempo, as investigações acerca do discurso foram confinadas aos limites das Ciências da Linguagem.

Dentro da Análise do Discurso, existem uma série de escolas, ou disciplinas, de que podemos destacar a Análise do Discurso, a Análise Multimodal do Discurso, o Interacionismo

Sociodiscursivo, a Linguística Textual, a Linguística Sistémico-Funcional e a Análise Crítica do Discurso.

A Análise Crítica do Discurso (doravante ACD)¹ surgiu no início da década de 1990, como uma rede de académicos/as, no seguimento de um simpósio que teve lugar em Amsterdão em Janeiro de 1991. Nesse simpósio, os investigadores Gunther Kress (University College London), Norman Fairclough (University of Lancaster), Teun van Dijk (Universidad Pompeu Fabra), Theo van Leeuwen (University of Technology Sidney) e a investigadora Ruth Wodak (University of Lancaster), tiveram a oportunidade de discutir teorias e métodos relativos à área da análise do discurso em geral e à ACD em particular. Tal como apresentado na obra *Language and Control* (1979) de Roger Fowler, Gunther Kress, Bob Hodge e Tony Trew, a ACD tem as suas raízes na Linguística Crítica (*Critical Linguistics*), bem como em outras correntes críticas, como a *Kritische Theorie* da Escola de Frankfurt - na qual se destacaram pensadores como Theodor Adorno, Walter Benjamin e Jürgen Habermas, e os *Cultural Studies* liderados por Stuart Hall no Reino Unido que, por sua vez, se teriam inspirado em vários tipos do neo-marxismo continental. Para além disto, a ACD tem raízes na retórica, linguística textual, antropologia, filosofia (destacando-se o pensamento de Foucault) e sociolinguística.

A ACD é uma área muito diversa, eclética e interdisciplinar, em constante mutação, tendo estado em constante expansão e vindo a atrair teóricos/as e estudiosos/as de diferentes áreas e orientações científicas. Com efeito, a ACD tem-se revelado uma ferramenta útil não apenas para linguistas, mas para investigadores/as de várias áreas das ciências sociais. Os/as investigadores/as que a esta área se dedicam têm, todavia, uma série de interesses comuns, como as dimensões semióticas do poder, o imperialismo, as injustiças e as mudanças políticas, económicas, sociais e culturais das sociedades globais modernas.

A ACD considera o discurso - a utilização da língua na fala e na escrita - como uma forma de "prática social". Descrever o discurso como prática social implica uma relação dialética entre um determinado acontecimento discursivo e a(s) situação(ões), instituição(ões) e estrutura(s) social(ais) que o enquadram: o acontecimento discursivo é moldado por elas, mas também as molda. Ou seja, o discurso é socialmente constitutivo e socialmente condicionado - tanto ajuda a sustentar e a reproduzir o *status quo* social como pode contribuir para o transformar. As práticas discursivas podem ajudar a produzir e a reproduzir relações de poder desiguais entre, por exemplo, classes sociais, mulheres e homens, maiorias e minorias étnicas/culturais, através da forma como representam os factos (Fairclough e Wodak, 1997).

O que distingue a ACD de outras abordagens congéneres é o facto de "procurar tornar explícitas as relações de poder que estão frequentemente ocultas e, assim, obter resultados que são de relevância prática" (Myers, 2002: 15). Para além disto, a crença de que os discursos somente

¹ No Brasil, a designação utilizada é "Análise do Discurso Crítica".

podem ser compreendidos em contexto e, por isso, é essencial recorrer a fatores extralinguísticos durante a investigação (Myers, 2002), nomeadamente a processos e estruturas sociais (Wodak & Myers, 2001).

Sendo uma abordagem de investigação orientada para os problemas, a ACD é motivada por problemas sociais ou políticos específicos, e não tanto por questões linguísticas (Wodak, 2001). Daí que seja necessário, para explicar o modo como os fenómenos sociais estão interligados e como as estruturas de poder e as ideologias subjazem ao discurso (van Dijk, 2001), incorporar conhecimento sobre os contextos históricos, políticos e sociais do problema em investigação.

A ACD centra-se na investigação das formas como o poder social, o domínio e a desigualdade são praticados, reproduzidos e, por vezes, combatidos através do estudo de várias formas de comunicação em diversos contextos sociais e políticos (van Dijk, 2015). Mais especificamente, a ADC centra-se nas formas como as estruturas discursivas promulgam, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de poder e domínio na sociedade.

Fairclough e Wodak (1997: 271-80) resumem os principais princípios da ADC da seguinte forma:

1. A ACD aborda problemas sociais;
2. As relações de poder são discursivas;
3. O discurso constitui a sociedade e a cultura;
4. O discurso faz um trabalho ideológico;
5. O discurso é histórico;
6. A ligação entre o texto e a sociedade é mediada;
7. A análise do discurso é interpretativa e explicativa;
8. O discurso é uma forma de ação social.

Wodak e Meyer (2009) explicam quais os passos dados numa investigação de ACD. Em primeiro lugar, seleciona-se o fenómeno a observar (como o racismo ou o sexismo). Numa segunda fase, explicam-se os pressupostos teóricos subjacentes ao estudo. De seguida, passa-se à parte da análise propriamente dita, a qual decorre do seguinte modo:

1. Análise linguística: primeiro observa-se a superfície do texto, passando depois para a análise de pronomes, atributos, modos e tempos verbais. Sendo, de acordo com van Dijk (2001), a análise completa do discurso impossível, escolhem-se os aspetos que melhor refletem as relações de poder;

2. Análise sociocognitiva – nesta fase, as representações sociais, entendidas como "quadros coletivos de perceções que realizam a tradução entre as exigências externas e a experiência subjetiva" (Wodak & Meyer, 2009, p. 25), são tidas em consideração;

3. Análise da intertextualidade, da interdiscursividade e do contexto - nesta fase, investiga-se a forma como o texto está ligado a outros textos, a outros discursos existentes na esfera pública e como se posiciona no contexto.

A ACD, tal como muitas outras teorias linguísticas dominantes, surgiu no Norte Global e tem sido empregue em diversas investigações nesta região. Todavia, dadas as preocupações e temas de investigação que persegue ativamente, revela-se muito útil para académicos que trabalham em contextos em desenvolvimento.

Izabel Magalhães, da Universidade de Brasília, foi a primeira investigadora brasileira a desenvolver trabalho tendo como referencial teórico-metodológico a ACD (cf. Resende e Ramalho, 2006: 21).

A fundação da Associação Latinoamericana de Estudos do Discurso (ALED) permitiu reunir um conjunto de pessoas interessadas no estudo do discurso e em aplicá-lo na investigação dos problemas mais urgentes do continente. Tal como enfatizam Irineu et al., 2020: 14:

O que nos une como um campo de estudos, arrisco dizer, é o afeto, o coração: a coragem de acreditar nas pessoas, na vida como um todo e na transformação social; a coragem da crítica como arte de fazer-se crítica; a coragem para criticar os próprios limites da Linguística tradicional e dialogar transdisciplinarmente com as Ciências Sociais, a Filosofia, as Artes, a Educação, a Comunicação, a Administração, a Saúde e tantos outros campos de diálogo, como atestamos com a leitura deste livro; e, mais notável ainda, a coragem de criticar a si mesma no processo de expandir-se para além dos fundamentos europeus e de responder a demandas sociais locais pela crítica situada de desigualdades e de relações de exploração que sustentam o sistema mundial norte-americano-capitalista-patriarcal também pela linguagem em uso/discurso.

Da passagem acima, podem ser destacados diversos aspetos – por um lado, a vontade de transformação social coletiva; por outro, a adaptação da linha de estudo a assuntos locais; e a constante problematização do próprio trabalho.

A ACD contém a palavra “crítica” no seu nome, não só por ser uma área que assume uma posição declaradamente crítica relativamente a determinados aspetos da sociedade - a mesma não é politicamente neutra, mas está empenhada na mudança social e toma o partido dos grupos sociais oprimidos (Jørgenson & Phillips, 2002), mas também devido ao facto de as dimensões autocrítica e autorreflexiva serem de sobeja importância, na medida em que os/as próprios/as investigadores/as da área reconhecem o seu privilégio de serem investigadores/as e tentam utilizar o seu trabalho como ferramenta de criação de um bem-comum.

As pessoas que trabalham com a ACD estão interessadas na forma como o discurso (re)produz a dominação social, ou seja, o abuso de poder de um grupo sobre outros, e na forma como os grupos dominados podem resistir discursivamente a esse abuso.

A noção de “poder” é uma das noções centrais da área, na medida em que a ACD se preocupa em analisar a linguagem daqueles/as que estão em posições de poder e são, muitas vezes, responsáveis por perpetuar a existência de desigualdades. Compreender de que modo é esse poder negociado, estabelecido e legitimado através da linguagem pelos que estão em posição hegemónica é uma das preocupações fundamentais da área. O modo como as lutas entre grupos

sociais (“os poderosos e os impotentes”, “os fortes e os fracos”, “os ricos e os pobres”, “os governantes e os governados”) são expressas através da linguagem é, por isso, vital.

Norman Fairclough (1941-), investigador britânico ligado à University of Lancaster, desenvolveu um trabalho seminal e estruturante para o campo da ACD, referente ao tema “Linguagem e poder”, visando, entre outros aspetos, consciencializar o público leitor acerca dos efeitos sociais associados aos textos. De acordo com o linguista, o poder na linguagem exerce-se de duas formas:

1. Poder no discurso (*power in discourse*) - refere-se às relações de poder que são decretadas, realizadas ou negociadas nos discursos. Um(a) docente numa sala de aula ou um(a) político(a) no parlamento têm poder no discurso porque controlam a conversa e o assunto;

2. Poder por detrás do discurso (*power behind discourse*) - aponta para a configuração social e ideológica que molda e influencia os discursos. Corresponde ao sistema educativo e político mais alargado, às normas sociais e ideologias que representam o poder por detrás do discurso, moldando a forma como a conversa acontece e determinando o que é considerado apropriado ou relevante.

Na sua obra de 1989, “Language and Power”, Fairclough explora a forma como a linguagem se sobrepõe às estruturas sociais de poder, sugerindo que a mesma pode ser utilizada para criar, alterar e manter relações de poder na sociedade, sendo as hegemonias produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas discursivamente. Deste modo, as situações sociais são determinadas pelas dinâmicas de poder, que, por sua vez determinam quem controla e quem é controlado pela linguagem, estando a linguagem e a sociedade unidas de forma estrita. Os próprios indivíduos estão inseridos em práticas discursivas e sociais específicas, que contribuem para a manutenção ou transformação de estruturas sociais.

A este propósito, é vital refletir nos seguintes tópicos:

- *Quem detém o poder na sociedade? Porquê? Em que se concretiza esse poder e como é que o mesmo é demonstrado?*

- *Quem utiliza o poder para dominar? E quem é dominado pelo poder?*

- *De que modo é que o poder se relaciona com a capacidade de fala, de decisão, a centralidade e a (in)visibilidade dos sujeitos?*

Fairclough pretende chamar a atenção para o modo como a linguagem contribui para a dominação de umas pessoas por outras, abrindo o caminho para estudos posteriores, como os de Teun van Dick.

Os temas de que se ocupa a ACD são de declarado interesse social, como o racismo, a xenofobia, a ideologia, o nacionalismo, a desigualdade de género e o discurso político. Uma das áreas de estudo de crescente popularidade na área são os discursos de extrema-direita.

A extrema-direita é uma realidade na Europa há décadas. Os dados das últimas eleições, a nível europeu, demonstram como a mesma tem estado novamente a afirmar-se no continente, principalmente em países como Itália, França, Alemanha e Áustria.

Entre outros tópicos, a investigadora austríaca Ruth Wodak (1950-), Professora na University of Lancaster, tem-se dedicado ao(s) discurso(s) (d)e extrema-direita. Wodak (2020) aponta quatro características relacionadas com o populismo e a extrema-direita, a saber:

- (i) o nacionalismo, o nativismo e o anti-pluralismo, acompanhados pelo patriotismo;
- (ii) a referência à ameaça constante por parte dos “outros”, nomeadamente os migrantes, os refugiados e as minorias, frequentemente utilizados como o “bode expiatório” dos problemas do país;
- (iii) o autoritarismo assente no “salvador”, geralmente um líder carismático que asseguraria a ordem;
- (iv) o conservadorismo e o tradicionalismo, associados a uma manutenção dos valores nacionais originários.

A estes juntam-se ainda (i) o desprezo pelas elites; e (ii) o apelo à frustração e insatisfação das pessoas em relação ao estado do país e seus governantes.

Tal como demonstrado pelo estudo de Wodak, existe uma relação estreita entre a extrema-direita e o racismo, utilizando a extrema-direita um discurso frequentes vezes racista e discriminatório, acusando as minorias étnicas de serem culpadas pelos problemas do país e fazendo-as sentir que não pertencem ao mesmo.

Os meios de comunicação social utilizam a linguagem ajudando a manter formas ilegítimas ou abusadoras de poder e essa é também uma das preocupações centrais dos/as teóricos/as da ACD. Este tópico é também sobejamente relevante para o racismo e será desenvolvido na seção abaixo.

A ACD é uma área na qual interesses científicos e preocupações militantes coincidem. Por isso, aos/às teóricos/às que trabalham nesta área não interessa apenas descrever ou investigar um determinado assunto, mas também produzir conhecimento que possa levar a uma alteração da sociedade, nomeadamente à emancipação das minorias sem poder. Como sublinha van Dijk: “(...) el ACD NO es un método que simplemente se puede aplicar, sino una mentalidad, una actitud, un movimiento de aplicar el AD en el estudio de, y la lucha contra, importantes problemas sociales.”²

Os/as analistas tomam uma posição específica e essa é uma posição de resistência à desigualdade social. Isto afasta-se da ideia do/a crítico/a como externo, fora dos factos, como alguém que meramente descreve e não opina sobre o que descreve. Em vez de negarem ou ignorarem as relações entre ciência e sociedade, estas são a base da sua análise. Esta é, aliás, a base de grande maioria das críticas apresentadas à ACD, que a acusam de ser demasiado

² Zapata, Oscar. 2021. El análisis crítico del discurso (ACD), una actitud de resistencia. Entrevista a Teun A. van Dijk. Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso 6 (1):129-135. 6 (1):129-135.

³ Idem

“engajada” e pouco objetiva e não apreciam os seus objetivos de caráter assumidamente político e social que seriam pouco “linguísticos” para alguns/mas críticos/as.

Os temas escolhidos são já uma forma de posicionamento e de engajamento – a escolha de focar-se em temas pouco estudados e trabalhados, mas de elevada relevância social, permite chamar a atenção e aumentar a consciência social sobre os mesmos, uma vez que esses problemas são legitimados e reforçados pelo discurso - “(...) nos interesa mucho más enfocar, analizar y contribuir a la resolución de problemas sociales, como el racismo, el sexismo, la pobreza, entre otros”.³

Os/as analistas que trabalham com a ACD, ao contribuírem para debates que são de importância crucial para a sociedade, estão igualmente a contribuir para o fortalecimento de uma sociedade democrática, pois não pode existir democracia sem pensamento, questionamento e espírito crítico.

Sendo a linguagem parte inerente e inseparável do social, a mesma pode servir para dominar, mas igualmente para libertar; para seguir a ordem, mas também para questionar; para concordar e para opor; para aceitar cegamente ou para dismantelar através do estudo e do pensamento crítico.

A ACD é uma prática que problematiza, que questiona; uma autêntica demanda, científica, sim, mas igualmente ética e política, para ver e criar um outro mundo possível.

1.3 Direitos Humanos e Análise Crítica do Discurso: cruzamentos disciplinares - Discurso e racismo

“Wherever we see racism, we must condemn it without reservation, without hesitation, without qualification.”
(António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas)

As palavras do atual Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, escritas acima, chamam a atenção para um dos tópicos sociais mais presentes e prementes na sociedade atual, o racismo. Diz-nos Guterres que, onde quer que identifiquemos práticas racistas, devemos condená-las. Logo, apela a todas as pessoas para se posicionarem criticamente em relação ao racismo, não permitindo que o mesmo lhes seja indiferente.

Se as palavras do chefe máximo da ONU são oportunas, não deixa de ser negativo e entristecedor as mesmas ainda serem necessárias em pleno século XXI. Todavia, a verdade é que, ainda hoje, o racismo e a discriminação racial afetam milhões de pessoas diariamente, em todo o mundo, continuando a estilhaçar vidas e a destruir comunidades, contrariando os mais básicos direitos humanos e despindo milhões de pessoas dos tão merecidos respeito, aceitação e dignidade. Em Portugal, por exemplo, tende-se a acreditar que não existe racismo, sendo este um

mito. Contudo, tal como demonstram vários estudos (ver, por exemplo, *O Estado do racismo em Portugal: racismo antinegro e anticiganismo no direito e nas políticas públicas*, 2021, AAVV; *Racismo Hoje: Portugal em Contexto Europeu*, 2021, Jorge Vala; *Preconceito e Discriminação em Portugal*, 2024, Rui Costa Lopes) e o trabalho da autora Joana Gorjão Henriques, *Racismo no País dos Brancos Costumes* (2018), o racismo não só existe, como perpassa todas as esferas sociais – da habitação à educação, da política ao jornalismo, do emprego à justiça – possuindo uma dimensão individual e social, mas igualmente estrutural e institucional.

Não existe um único território livre de racismo e as experiências de racismo não são iguais, nem podem ser comparadas, entre territórios. Talvez por isso, desde a sua fundação, a ONU se tem preocupado com esta realidade, colocando a proibição da discriminação racial em quase todos os seus documentos e lançando diversas campanhas de sensibilização – a busca pela igualdade torna-se tanto mais relevante e urgente quanto menos essa igualdade existe na prática. Basta recordar o artigo 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” que chama a atenção para a universalidade, logo, inclusividade, dos direitos.

A Convenção Internacional das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ICERD) define o racismo como: “Qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em condições de igualdade, dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social, cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública”.

É de destacar a Conferência Mundial contra o Racismo (2001), da qual resultou a Declaração de Durban, cidade da África do Sul onde decorreu a conferência. A escolha do local da conferência foi simbólico. Após décadas de repressão e de *apartheid* discutem-se, numa sociedade que conseguiu, em certos aspetos, dar a volta, questões de relevo relacionadas com o racismo.

Na Declaração de Durban estão contidas uma série de recomendações para combater o racismo e a discriminação racial.

Recorde-se que 2001 foi o “Ano Internacional de Mobilização contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata”, objetivando chamar a atenção do mundo para a problemática do racismo e dar lugar a um novo momento para o compromisso político de eliminar todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância. Antes disso, já a Declaração de Viena e o Programa de Ação, adotados pela Conferência Mundial de Direitos Humanos em junho de 1993, apelavam a uma rápida e abrangente eliminação de todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância; depois de a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, bem como as duas

Conferências Mundiais de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial, ocorridas em Genebra em 1978 e 1983, terem dado o mote para a discussão desta temática social.

Apesar do progresso atingido, ainda muito necessita de ser realizado. É trabalho do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (ACDH) lidar com os aspetos relacionados com o racismo e o seu impacto. Tendo diversos eixos de atuação, compete-lhe, entre outros:

- Fazer o balanço e acompanhar os progressos em matéria de responsabilização e reparação do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância;
- Realizar investigação temática e ações de sensibilização para combater o racismo e a discriminação racial;
- Apoiar os mecanismos antirracismo da ONU;
- Apoiar a capacidade das autoridades nacionais e de outras partes interessadas para prevenir e combater o racismo e a discriminação racial.

Para Garner (2010: 18), o racismo, baseado na interpretação da ideia de “raça”, é um fenómeno multifacetado que envolve atitudes, ações, processos e relações de poder desiguais. O autor chama a atenção para a relação entre racismo e relações desiguais de poder, um dos aspetos estudados pela ACD.

Para Balibar and Wallerstein (1991: 21), o racismo atual é um “racismo sem raças”, baseado na insuperabilidade das diferenças culturais, na incompatibilidade dos modos de vida e das tradições; ou seja, é um racismo que diferencia pessoas e as divide por grupos.

O racismo tem vindo a alterar-se ao longo dos séculos e em diferentes contextos, mas não desapareceu. Definido como um sistema de desigualdade racial e étnica, só pode sobreviver quando reproduzido/alimentado diariamente através de múltiplos atos de exclusão, inferiorização e marginalização. Estes atos são sustentados por um sistema ideológico e por um conjunto de atitudes que legitimam a diferença e o domínio de umas pessoas sobre outras. Como prática e construção social, manifesta-se discursivamente. O discurso é o principal meio de construção e reprodução deste quadro sociocognitivo. O mesmo serve quer para formular opiniões racistas e avançar práticas discriminatórias e de exclusão, quer para criticar, alertar, deslegitimar e argumentar contra opiniões e práticas racistas, i.e., para adotar estratégias antirracistas.

Quem fala? Quem pode falar? Quem fala por quem, porquê e como?

O próprio acesso à fala está, em muitas ocasiões, comprometido. Como nos recorda a investigadora, artista interdisciplinar e ativista portuguesa Grada Kilomba na sua obra *Memórias da plantação: Episódios de racismo quotidiano* (2019), nem todos/as podem falar (o mesmo é dizer que nem todos/as têm acesso ao lugar da fala), estando arredados/as das esferas de decisão e nem todos/as são ouvidos/as.

Na década de 1990, o investigador neerlandês Teun van Dijk (1943-) iniciou uma série de importantes estudos de caso sobre o "racismo de elite" e o racismo na imprensa, bem como o racismo na política.

Van Dijk (2004: 351-2) distingue duas formas de discurso racista:

1. O discurso racista dirigido a Outros/as etnicamente diferentes é produzido por membros de grupos dominantes que interagem verbalmente com membros de grupos dominados. Esta forma de discurso racista (frequentemente designada por "racismo quotidiano") pode ser explícita e direta, ou mais subtil e indireta. Envolve todos os níveis de utilização da língua, desde a entoação à pragmática e à comunicação não-verbal;

2. O discurso racista sobre Outros/as etnicamente diferentes é normalmente dirigido a outros membros do grupo dominante. Esta forma de discurso discriminatório pode tornar-se visível tanto em conversas informais do quotidiano como no "discurso de elite" (van Dijk, 2008). Pode ser encontrada em debates parlamentares, programas de televisão, filmes, notícias, editoriais, livros, publicações académicas, leis e tratados. Desenvolve-se a todos os níveis do texto e do discurso (incluindo os visuais) e em torno de duas estratégias gerais - apresentação negativa do/a outro/a (ênfase nos aspetos negativos do "eles/elas", do grupo de fora; minimização dos aspetos positivos do "eles/elas") e autoapresentação positiva (ênfase nos aspetos positivos do "Nós", do grupo de dentro; minimização dos aspetos negativos do "Nós") (van Dijk, 2004: 352).

Desde pequenos/as, somos confrontados com diferentes representações, imagens e ideias. Aquilo que aprendemos em casa e na escola, que vemos em livros infantis e programas de televisão, que está representado em manuais escolares, presente em notícias na imprensa, entre outros, molda a nossa perceção do mundo, desempenhando o discurso um papel importante na produção e reprodução do preconceito e do racismo. O mesmo é dizer que o racismo é socialmente ensinado e aprendido e o discurso é vital no processo da sua produção e reprodução.

Dado que as elites tendem a ser formadas por pessoas brancas, estas, sendo detentoras do poder, são detentoras igualmente do discurso. De facto, são as elites que iniciam e controlam as formas maioritárias e mais influentes do texto e discurso público e privado. O seu discurso é formado e informado pelo seu interesse e esse interesse é de preservar o seu poder e enfraquecer aquele de outros grupos. As mesmas estão diária e diretamente envolvidas na comunicação sobre minorias étnicas e relações raciais e as pessoas não brancas são representadas como o/a "outro/a inferior".

Tendo acesso privilegiado aos meios de comunicação social, ao mundo político e académico, os membros das elites brancas podem definir ou alterar a agenda do discurso público e da formação de opinião, preparar e emitir relatórios, realizar e publicar investigação, controlando assim o discurso académico, jornalístico e político oficial. Os seus recursos são de tal modo múltiplos e poderosos que, mais do que qualquer outro grupo social, podem influenciar interpretações e crenças sociais e marginalizar ou silenciar alternativas que vão contra os seus interesses, mantendo as elites brancas a desigualdade para benefício próprio.

As investigações de van Dijk, 1991, entre outros/as, permitem concluir que o discurso dos meios de comunicação de massas desempenha um papel central na reprodução discursiva e simbólica do racismo pelas elites (Hartmann & Husband, 1974; van Dijk, 1991). Isto acontece porque os/as detentores/as e as fontes da informação são controlados pelas elites:

- Na Europa, há poucos/as jornalistas de minorias e, mesmo se forem contratados/as, a sua posição na sala de redação é marginal (Wilson & Gutierrez, 1985);

- As organizações minoritárias têm menos acesso aos meios de comunicação social, menos controlo sobre a definição da situação étnica e menos influência sobre o modo como são retratadas;

- As minorias são sistematicamente menos citadas em e sobre notícias que lhes dizem diretamente respeito; ou as suas opiniões são subalternizadas pelas dos/as oradores/as brancos/as.

Em suma, os grupos racializados, continuamente subalternos e subalternizados, não têm acesso à fala. Sendo produtos e vítimas da produção alheia, são incapazes de lhe responder e de entrar no local central, da maioria branca, que detém e governa a fala, determinando quem pode ou não falar, e de que modo o pode ou não fazer.

Van Dijk considera que o racismo proveniente das elites é particularmente influente no processo de reprodução do racismo:

- Os meios de comunicação social, as elites educativas, académicas, sociais, empresariais e políticas, entre outras, controlam ou têm acesso a tipos de textos e discursos amplamente distribuídos e podem, assim, pré-formular, embora muitas vezes em termos mais moderados, o tipo de racismo que será depois adotado e legitimado por grandes segmentos da sociedade civil;

- Os/as jornalistas especializados em minorias, especialmente na Europa, são escassos/as: os grupos minoritários são muito menos citados, ou citados de forma mais negativa; os temas centram-se em estereótipos sobre as minorias, como o crime, a droga, as diferenças culturais e, em geral, os problemas causados pelos/as imigrantes e pelas minorias. O mesmo se passa nos manuais escolares, que também estereotipam as pessoas de países não europeus como sendo pobres, dependentes, sem iniciativa e com hábitos bizarros, mas sobretudo como sendo responsáveis pela sua própria miséria.

Em Portugal, a maioria dos manuais escolares ainda retrata “os descobrimentos” de forma não só acrítica, mas sobretudo positiva, deixando de lado os diversos atos de violência cometidos pelos portugueses. Para além disto, os mesmos não dão lugar à diversidade cultural da sociedade portuguesa. Recorde-se que a escola é um dos locais que mais contribui para a formação das ideologias e representações mentais das crianças e, se a mesma não oferecer uma feição problematizante e problematizadora, o *status quo* mais facilmente se manterá;

- Mais sofisticada, mas não muito diferente, é a mensagem que transparece em muitos estudos académicos de brancos/as sobre minorias, que também tendem a centrar-se em desvios

ou défices e estão tipicamente interessados no tipo de tópicos que confirmam estereótipos generalizados;

- Uma parte das práticas discriminatórias é diretamente representada por textos e discursos dirigidos contra os grupos minoritários, por exemplo, através de depreciação, intimidação, inferiorização e exclusão em conversas quotidianas, diálogos institucionais, cartas, relatórios de avaliação, leis e muitas outras formas de textos e discursos institucionais dirigidos aos grupos minoritários e aos seus membros.

Mais recentemente, van Dijk tem vocacionado os seus estudos para a América Latina, tal como testemunha a sua obra "Racismo e discurso na América Latina", datada de 2008. Na mesma, o autor explora o racismo em oito países do continente, escolhidos com base no tamanho da população e na presença de afrodescendentes e de indígenas. Para o autor, os discursos, preconceitos e ideologias racistas na Europa são muitos similares aos discursos que circulam nos vários países de América Latina." (cf. "Cinco Perguntas para van Dijk" in *Littera Online*, 2011, No 3, p.2).

As análises de van Dick chamam a atenção para o poder do discurso na manutenção das estruturas que sustentam o racismo nas sociedades modernas. Esse discurso branco, normativo, inviabiliza, impede e invalida discursos igualmente legítimos e ricos.

É dever e é obrigação de todas as pessoas aplicar o pensamento crítico sobre toda e qualquer informação que lhes chegue, procurando desmantelar, pedaço a pedaço, as estruturas dominantes que excluem, tornam invisíveis e descredibilizam as minorias.

A leitura de fontes de informação alternativas, que deem espaço e voz às minorias normalmente segregadas e afastadas do poder; a leitura e o visionamento de obras de arte produzidas por pessoas que tradicionalmente não detêm o poder de produzir, expor ou publicar, são tudo modos não só de nos solidarizarmos com esses/as criadores/as, mas igualmente de escolher querer conhecer mais acerca de outros mundos e de outras realidades, de sair do nosso espaço – físico, mental, emocional – que, só por si, é segregador – e entrar nos de outrem com o intuito de os conhecer melhor. Pois só o conhecimento permite destruir ideias feitas e derrocar estereótipos.

Ao concedermos atenção aos/às vários/as criadores/as estamos a criar espaço para que várias vozes falem; para que vários corpos ocupem diversos espaços, incluindo o nosso espaço mental; para que vários conhecimentos se exprimam e se entrelacem com o(s) nosso(s), tornando-nos mais ricos/as, tolerantes e plurais.

O desconhecimento conduz a generalizações, normalmente focadas no negativo, e o negativo alimenta o ódio destrutivo e contribui para criar muros entre seres humanos. Somente o conhecimento e o pensamento crítico tornam possível desmantelar muros entre as pessoas e erguer muros entre os seres humanos e os posicionamentos e atitudes racistas e discriminatórias.

CONCLUSÃO

Este trabalho cruzou duas áreas disciplinares que, ainda que distintas, se interrelacionam – os Direitos Humanos e a Análise Crítica do Discurso, com vista a demonstrar o quanto uma é devedora da outra.

A Análise Crítica do Discurso, ao colocar a ênfase em problemas sociais comunga, necessariamente, de preocupações relativas àqueles/as que se dedicam à área dos Direitos Humanos. Por seu lado, esta área pode beneficiar dos estudos linguísticos realizados pela ACD, que pode informá-la de aspetos prementes.

Para além da investigação, as pessoas que se dedicam à ACD são igualmente ativas na área da educação, atuando em escolas e nas universidades, em conferências, *workshops*, *podcasts* e através de entrevistas e de publicações, com o intuito de fazer chegar as suas ideias e aprendizagens ao maior número de pessoas possível. A educação como abridora de mundos e estratégia desconstrutivista e problematizadora exige-nos confrontar-nos com o Outro/a Outra e as suas ideias; com o que, precisamente por ser diferente, nos alarga horizontes e nos abre ao pluralismo e à riqueza das opiniões.

Tal como ficou demonstrado na apresentação da ACD, a mesma é uma área de estudo vasta e multidisciplinar. Por esse motivo, e por questões de espaço e de tempo, o presente trabalho não pôde ilustrar todos os estudos desenvolvidos que se relacionam e contribuem para a área dos Direitos Humanos, mas focou-se em apenas alguns, relacionados com um tema de inegável importância social em todos os países do mundo – o racismo. Todavia, a autora do trabalho considera premente e pertinente expandir o presente trabalho, futuramente, de modo a incluir outros temas e autores/as.

Investigadora na área da Análise do Discurso e da Análise Crítica do Discurso, a autora deste ensaio pretendeu dar um contributo, ainda que menor, para tornar a ACD mais transparente para teóricos/as e interessados/as de outras áreas, enquanto demonstrou o quanto a mesma pode servir para informar e auxiliar a área dos Direitos Humanos. Para além disto, pretendeu tornar central um assunto ainda frequentemente marginalizado, o racismo, trazendo-o para o centro da discussão e para a ordem do dia.

A ACD pode servir para monitorizar o atropelo dos Direitos Humanos, através da escolha dos temas de investigação e do modo como aborda os mesmos. Escolher investigar temas como a opressão e a desigualdade é escolher lutar pelo cumprimento dos Direitos Humanos e a adoção dos mesmos como forma de vida.

Os Direitos Humanos existem e subsistem por nós, em nós e através de nós e cabe-nos manter a chama viva para que problemáticas sociais graves como o racismo possam ser debatidas e enfrentadas com vista à sua completa erradicação.

Nada pode ser alterado enquanto não for reconhecido, conhecido, enfrentado e desmantelado. Enquanto cidadãos/ãs e investigadores/as conscientes, detentores do privilégio de poder estudar e investigar, as violações dos Direitos Humanos não nos podem deixar indiferentes e é nossa responsabilidade utilizar esse privilégio para estudar temas que ajudem a combater os flagelos e abusos dos Direitos Humanos, como o racismo, o qual não era somente um problema de ontem, mas é igualmente um problema de hoje; não é um problema só de alguns/mas, mas sim de todos/as pois todos os seres humanos estarão em risco enquanto um só ser humano também estiver.

REFERÊNCIAS

1969. Convenção Internacional das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), artigo 1.
- AAVV. *O Estado do racismo em Portugal: racismo antinegro e anticiganismo no direito e nas políticas públicas*. Lisboa: Tinta da China, 2021.
- BALIBAR, E., WALLERSTEIN, I. *Race, Nation, Class: Ambiguous Identities*. London/NY: Verso, 1991.
- BLOMMAERT, J, BULCAEN, C. Critical Discourse Analysis. *Annual Review of Anthropology*, v. 29, p. 447-466, 2000.
- ENGEL, J., WODAK, R. "Calculated Ambivalence" and Holocaust Denial in Austria. *In: WODAK, R., RICHARDSON, J. (org.) Analysing Fascist Discourse: European Fascism in Talk and Text*. London, Routledge, 2012. p. 73-96.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. Essex: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N., WODAK, R. 1997. Critical Discourse Analysis. *In: VAN DIJK, T. (org.), Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction* NY: SAGE, 1997. Vol. 2, p. 258-284.
- FOWLER, R.; KRESS, G.; HODGE, B.; TREW, T. *Language and Control*. London: Routledge, 1979.
- GARNER, S. *Racisms: An introduction*. London: Sage, 2010.
- GORJÃO HENRIQUES, J. *Racismo no País dos Brancos Costumes*. Lisboa: Tinta da China, 2018.
- HARTMANN, P.; HUSBAND, C. *Racism and the Mass Media*. London: Davis-Poynter, 1974.
- JORGENSEN, M., PHILLIPS, L. *Discourse Analysis as Theory and Method*. London: SAGE, 2002.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: Episódios de racismo quotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.
- LOPES, R., *Preconceito e Discriminação em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2024.
- LUNDQUIST, L. *La cohérence textuelle: syntaxe, sémantique, pragmatique*. Copenhaga: Nyt Nordisk Forlag, 1983.
- MAINGUENEAU, D. 2005. *L'analyse du discours et ses frontières*. *Marges Linguistiques* 9, 1-16.
- NICKEL, J., ETINSON, A. 'Human Rights' in *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Metaphysics Research Lab, 2024.
- ONU. 1948. Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- PEDRO, E. *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, 1997.
- RESENDE, V., RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- RESENDE, V., RAMALHO, V. *Antiracist Discourse in Brazil. From Abolition to Affirmative Action*. Lanham, Md: Rowman & Littlefield, 2020.
- VALA, J. *Racismo Hoje: Portugal em Contexto Europeu*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021.
- VAN DICK, T. *Prejudice in discourse*. Amsterdam: Benjamins, 1984.
- VAN DICK, T. *Communicating Racism. Ethnic Prejudice in Thought and Talk*. Newbury Park, CA: Sage, 1987.
- VAN DICK, T. *Racism and the Press*. London: Routledge, 1991.
- VAN DICK, T. *Elite discourse and racism*. Newbury Park, CA: SAGE, 1993.
- VAN DICK, T. Principles of critical discourse analysis. **Discourse & Society**, v. 4, n. 2, p. 249-283, 1993.
- VAN DICK, T. *Communicating Ideologies: Multidisciplinary Perspectives on Language, Discourse, and Social Practice*. Berlin: Peter Lang, 2004.
- VAN DICK, T. *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008.
- WEISS, G, WODAK, R (Eds.). *Critical discourse analysis: Theory and interdisciplinarity*. NY: Palgrave Macmillan, 2003.
- WILSON, C, GUTIERRE, F. *Minorities and Media: Diversity and the End of Mass Communication*. London: SAGE, 1985.
- WODAK, R.; MYERS, M. 2001. *Methods of critical discourse analysis*. London, U.K.: SAGE
- WODAK, R.; MRAL, B.; KHOSRAVINIKHK, M. (org.) *Right Wing Populism in Europe: Politics and Discourse*. London: Bloomsbury Academic, 2013.
- WODAK, R. *The Politics of Fear: What Right-Wing Populist Discourses Mean*. London: SAGE, 2015.
- ZAPATA, O. 2021. El análisis crítico del discurso (ACD), una actitud de resistencia. Entrevista a Teun A. van Dijk. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, n. 6 (1), p. 129-135, 2021.

A AUTORA

Ana Sofia Souto

Ana Sofia Souto é Mestre em Ciências da Linguagem e Licenciada em Estudos Portugueses, ambos pela NOVA FCSH, onde foi a melhor aluna da turma e, por isso, distinguida com os prémios “Mérito e Excelência Melhores Alunos de Mestrado” e “Mérito e Excelência Melhores Alunos de Licenciatura”. Representou Portugal na 16ª Edição dos 'Jóvenes Líderes Iberoamericanos' em Madrid, Espanha. Com uma bolsa de investigação da FCT (ref.: 2021.04523.BD), é atualmente aluna de doutoramento em Linguística do Texto e do Discurso na NOVA FCSH. No âmbito do seu doutoramento, co-fundou o Grupo de Discussão “Entre Textos: Diálogos Transatlânticos em Linguística do Texto e do Discurso”, que funciona desde março de 2021 e reúne regularmente professores, investigadores e estudantes de Portugal e do Brasil em torno de questões textuais e discursivas. Os seus principais interesses de investigação são: Análise do Discurso; Análise Crítica do Discurso; Linguagem e mudança social; Discurso de Protesto Social; Direitos Humanos.